



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Reforçar a certificação de nomes reais de números de telefone e carteiras electrónicas de Macau para reprimir burlas

A Lei n.º 13/2019 (Lei da cibersegurança) da RAEM entrou em vigor no dia 22 de Dezembro de 2019, estipulando, expressamente, que todos os assinantes são obrigados a completar o registo do nome real através da entidade designada ou de uma aplicação móvel, quando abrem um cartão pré-pago para serviços telefónicos ou de acesso à Internet. Quem estivesse a utilizar cartões telefónicos antes da entrada em vigor da referida lei devia efectuar, no prazo de 180 dias, o respectivo registo, sendo cessado o serviço aos que não efectuassem o registo dentro do prazo.

No entanto, segundo informações recentes de cidadãos, alguns criminosos aproveitam os números de telefone ainda não registados, existentes no mercado, para a prática de burlas. Os burlões, através das redes sociais, imitam os comerciantes locais, publicando anúncios falsos, incluindo a possibilidade de encomenda de marisco, bebidas alcoólicas, bolos, etc., ou alegando que se pode ter acesso a *buffets* e bilhetes de avião a baixos preços, convencendo as vítimas a transferirem o dinheiro para a conta indicada na carteira de pagamento electrónico de Macau (Mpay), as quais só tomaram conhecimento da burla depois de marcar a data de entrega sem receber os produtos encomendados.

Segundo consta, actualmente, o nome da conta do utilizador da carteira



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

electrónica de Macau pode ser alterado arbitrariamente e, mesmo que o número de telefone do utilizador não tenha sido submetido à autenticação do nome real da pessoa colectiva ou da pessoa singular, pode ainda gozar de um valor de transacção anual de 50 mil patacas.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo deve cooperar com os fornecedores dos serviços de telecomunicações de Macau, no sentido de restringir a utilização dos números telefónicos não autenticados e de proceder à sua verificação completa, com vista a assegurar que todos os cartões telefónicos em uso correspondam aos requisitos do nome real e a ajudar as autoridades policiais a localizar os números envolvidos na aplicação da lei. O Governo vai fazer isso?

2. Caso se verifiquem transacções anormais na carteira electrónica e com troca frequente do nome do utilizador da conta (por exemplo, várias transferências de pequena quantia a curto prazo), será obrigatório que a Macau Pass, S.A. inicie a verificação de riscos, por exemplo, recorrendo ao reconhecimento facial. Será isto viável?

11 de Junho de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Iek Lap